

TEMAS E METODOLOGIAS NOS ESTUDOS DAS RELAÇÕES RACIAIS BRASILEIRAS¹

Thomas E. Skidmore

Tradução do inglês: Valter Ponte

RESUMO

Ao discutir as razões do fim do ideário da "democracia racial" no Brasil, o autor faz um balanço analítico dos estudos sobre as relações raciais brasileiras, identificando em perspectiva histórica os fatores que teriam determinado as mudanças nos tipos de abordagem e metodologia predominantes nesse campo. A ênfase da análise, comparativa, recai nas concepções e práticas do bi-racialismo norte-americano e do multirracialismo brasileiro.

Palavras-chave: relações raciais; Brasil; Estados Unidos; "democracia racial".

SUMMARY

In dealing with the reasons for the end of the idealization of a "racial democracy", the author makes an analytical account of the Brazilian race relation studies, identifying in a historical perspective the factors that would have determined the changes in the types of approaches and methodologies predominant in this field. The emphasis of this comparative analysis is on the conceptions and practices of the North-American biracialism and of the Brazilian multiracialism.

Keywords: race relations; Brazil; United States; "racial democracy".

(1) Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no seminário "Que país é este: imaginação social e interpretações do Brasil", realizado no Rio de Janeiro em 1999. Sou grato a Claudia Becker, Maria Ôspina, Karina Saltman, Jeffrey Nield e Felicity Skidmore por sua colaboração.

(2) Marx, Anthony W. *Making race and nation: a comparison of the United States, South Africa, and Brazil*. Nova York: Cambridge University Press, 1998.

(3) Maio, Marcos Ch. "Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto Unesco". *Tempo Social*, nº 11, 1999.

(4) "Racismo cordial: a maior e mais completa pesquisa sobre o preconceito de cor entre os brasileiros". *Folha de S. Paulo*, 25/06/1995; "O Brasil racista". *Isto É*, 04/09/1996.

Em 1991 Nelson Mandela visitou o Brasil, um país que, na sua opinião, havia "solucionado" o problema racial. Ele acreditava que a harmoniosa mistura de raças no Brasil estava produzindo um único tipo racial. Quando expressou seu ponto de vista à imprensa, os movimentos afro-brasileiros ficaram indignados, acusando-o de repetir os desacreditados clichês sobre a suposta "democracia racial" do Brasil². Mandela ficou chocado e confessou que algo devia ter mudado no país desde sua última visita algumas décadas atrás.

De fato, algo mudara. Em primeiro lugar, Gilberto Freyre, o mais famoso enunciatador e defensor da "democracia racial" do Brasil, falecera em 1987, e com sua morte começavam a morrer as ilusões do *establishment* brasileiro sobre as relações raciais no país³. A mudança se refletia claramente nos meios de comunicação, que anteriormente haviam sido promotores entusiásticos da imagem de democracia racial e agora relatavam regularmente incidentes de discriminação racial⁴. Muitos estudiosos estrangeiros documentavam o comportamento racialmente discriminador no Brasil⁵, enquan-

to pesquisadores brasileiros pintavam um quadro basicamente semelhante⁶, por vezes em tom especialmente mal-humorado⁷.

O que poderia explicar essa mudança aparentemente extraordinária nas relações raciais brasileiras? O que aconteceu com o Brasil, a "democracia racial" exemplar? A resposta poderia ser encontrada em forças no interior do Brasil assim como nas vastas mudanças, tanto ideológicas como comportamentais, ocorridas nos Estados Unidos, na Europa e na África⁸. Neste artigo discutirei essa mudança e algumas implicações levantadas pelos estudiosos que estão abordando esse tópico vital.

O que mudou: a realidade ou as percepções?

O fator mais importante na mudança de percepção das relações raciais no Brasil tem sido a sistemática confirmação estatística da discriminação contra os brasileiros não-brancos, revelada pela primeira vez no final dos anos 1970 pela Pnad do IBGE⁹. As discussões anteriores das relações raciais, travadas tanto por brasileiros como por estrangeiros, eram baseadas em observações pessoais. Um excelente exemplo histórico é a pesquisa antropológica de Donald Pierson¹⁰, que retratou uma relativa harmonia racial na Bahia. Também alguns conhecidos incidentes históricos foram recontados inúmeras vezes como prova das benevolentes relações raciais no país, como o caso de um visitante estrangeiro ao Brasil do século XVIII que ficou chocado ao encontrar em suas viagens um capitão-mor afro-brasileira. Ao indagar a seu anfitrião brasileiro como um homem de cor podia ter alcançado posição tão elevada, recebeu a clássica resposta: "Se ele é um capitão-mor, então não pode ser negro"¹¹. Era óbvia a implicação. Não somente o Brasil colonial exibia uma extraordinária mobilidade racial, mas a própria definição de raça era uma função do *status*, variando com a posição social do indivíduo. Outro exemplo bem conhecido desse folclore, citado para provar que o preconceito não existia no Brasil, foi a iniciativa da princesa Isabel de convidar um brasileiro de pele escura para dançar em um baile imperial nos anos 1880.

Foram necessários muitos anos para que se reunissem os dados quantitativos que podiam fornecer a base para um retrato mais científico, em parte porque os governos brasileiros não viam nenhuma necessidade de coletar tais dados. O primeiro censo nacional, em 1872, incluía poucos dados socioeconômicos, e os censos seguintes, de 1890, 1920, 1940, 1950, 1960 e 1970, não tinham dados sobre educação, renda ou ocupação segundo raça¹². Em 1970, nenhum dado sobre raça foi coletado. Assim, antes do final dos anos 1970 era impossível que os demógrafos analisassem padrões divergentes de oportunidades (educação, morbidade, mortalidade etc.) entre pessoas das quatro categorias raciais normalmente utilizadas no censo: brancos, pretos, pardos e amarelos. Era impossível, portanto, fazer comparações internacionais quantitativamente significantes, sobretudo com os

(5) Butler, Kim D. *Freedoms given, freedoms won: Afro-Brazilians in post-Abolition São Paulo and Salvador*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press, 1998; Hanchard, Michael G. *Orpheus and power: the movimento negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brazil, 1945-88*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1994; "Black Cinderella? — race and the public sphere in Brazil". *Public Culture*, n° 7, 1994.

(6) Bacelar, Jeferson e Caruso, Carlos (orgs.). *Brasil: um país de negros?*. Rio de Janeiro: Pallas, 1999; Hasenbalg, Carlos. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj, 1988; Souza, Jessé (org.). *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997; Guimarães, Antonio Sérgio A. e Huntley, Lynn (orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000; Reichmann, Rebecca. *Race in contemporary Brazil: from indifference to inequality*. Pensilvânia: The Pennsylvania State University Press, 1999.

(7) Carvalho, Olavo de. "Só preto, com preconceito". *República*, n° 32, junho de 1999; Silva Jr., Hédio. "Herói da branquitude". *República*, n° 33, julho de 1999.

(8) Skidmore, Thomas. "Race and class in Brazil: historical perspectives". *Luso-Brazilian Review*, vol. 20, n° 1, 1983.

(9) Skidmore, Thomas. "Fact and myth: discovering a racial problem in Brazil". In: Goldscheider, Calvin (ed.). *Population, ethnicity, and nation-building*. Boulder: Westview Press, 1995.

(10) Pierson, Donald. *Negrees in Brazil*. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

(11) Pierson, Donald. "Brazilians of mixed racial descent". In: Gist, Noel e Dworkin, Anthony G. (eds.). *The blending of races*. Nova York: Wiley-Interscience, 1972.

(12) Wood, Charles H. e Carvalho, José Alberto M de. *The demography of inequality in Brazil*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1988.

Estados Unidos. Para compreender o sistema de relações raciais do Brasil os estudiosos dependiam de métodos anedóticos ("observação participante" era o termo mais polido).

Mulatos e mobilidade

Os problemas de dados com que os pesquisadores se defrontaram antes do final dos anos 1970 são bem ilustrados no importantíssimo estudo comparativo Brasil-Estados Unidos realizado pelo historiador Carl Degler¹³, que revisou com maestria a literatura principal sobre a história das relações raciais nos dois países, procurando pistas para o que identificou como a maior diferença entre eles, isto é, a divisão bi-racial americana *versus* a flexível classificação racial brasileira. Ele argumentava que a chave para explicar o surgimento dessa diferença era "a porta de escape *mulato*", rótulo adotado para a aparente habilidade de alguns brasileiros de sangue mestiço em ascender, pelo menos parcialmente, do *status* totalmente inferior de negro "puro" em uma sociedade dominada pelos brancos. Nos Estados Unidos, sustenta Degler, essa "porta", que talvez tenha sido aberta por pouco tempo antes da Guerra Civil e em apenas poucas regiões, foi fechada ruidosamente em meados do século XIX.

A cuidadosa revisão da literatura de Degler, com argumentos claramente argüídos, tornou plausível sua tese, e tratava-se de fato de uma síntese extremamente útil do conhecimento acumulado até então, mas essa tese foi logo questionada justamente em virtude daquilo que nos havia faltado antes: dados coletados sistematicamente. Os dados censitários oficiais do final dos anos 1970, por exemplo, mostram que, embora os mulatos ganhassem em média um pouco mais que os negros, a diferença de renda entre os mulatos e os brancos (mantidos constantes os outros fatores) era muito maior do que entre mulatos e negros. Com efeito, a magnitude da diferença de renda entre brancos e mulatos mostrou-se inversamente correlacionada à educação, o que refutou a freqüente afirmativa brasileira de que qualquer diferença de rendimentos pode ser atribuída a diferenças na educação, e não à raça¹⁴.

A "porta de escape *mulato*" era portanto uma ilusão? Não exatamente. Os dados do censo mostram que, pelo menos do final dos anos 1970 em diante, a porta de escape brasileira era pouco mais que uma fresta. Entretanto, a *crença* generalizada de que a porta estava aberta, que Degler registrou com exatidão, cumpria e ainda hoje cumpre um papel importante. A crença na existência da mobilidade mulata, ainda profundamente arraigada em todos os estratos da sociedade brasileira, permite aos brasileiros explicarem como seu país escapou do sistema de classificação racial dicotômico subjacente à segregação nos Estados Unidos e ao *apartheid* na África do Sul. Degler refletiu com exatidão essa percepção para sua época. Mas essa época já passou.

(13) Degler, Carl N. *Neither black nor white: slavery and race relations in Brazil and The United States*. Nova York: Macmillan, 1971.

(14) Hasenbalg, Carlos e Valle Silva, Nelson do. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

O que o censo revela?

A realidade das relações raciais é supostamente fornecida pelo censo. Mas podemos confiar nos dados do censo? Muitos, especialmente no Brasil, sustentam que não. Sabemos, por exemplo, que classificações raciais são constructos sociais e não um "dado" da natureza: são ordinariamente criadas pela ordem social dominante para servir aos seus próprios desígnios¹⁵.

Um exemplo impressionante disso foi a decisão do governo militar em 1970 de eliminar a raça do censo decenal, sob a justificativa de que o uso público das categorias raciais era tão inconsistente que tornava sem sentido quaisquer respostas sobre raça¹⁶. A despeito da explicação metodológica (e alguns eminentes cientistas sociais apoiaram a decisão), os generais sabiam muito bem o que estavam fazendo: eles não queriam gerar nenhum dado oficial que pudesse demonstrar a discriminação racial no Brasil¹⁷. Seus motivos ficaram claros em outras ações, como a censura rigorosa de qualquer menção negativa às relações raciais nos meios de comunicação e o expurgo da universidade em 1969 dos sociólogos que afirmavam a presença de discriminação racial.

Os governantes militares aparentemente acreditavam, assim como muitos membros da elite que apoiaram o golpe de 1964, que sem dados não haveria problema, pois assim os "agitadores esquerdistas" não poderiam questionar uma das mais caras autopercepções da elite brasileira tradicional: as relações raciais harmoniosas do país. Essa mentalidade voltou à baila no final do período de governo militar, em 1985, quando o IBGE suprimiu por dois anos seu próprio estudo de discriminação no mercado de trabalho¹⁸. Os militares e seus aliados nas ciências sociais levaram a melhor no censo de 1970, mas a raça reemergiu nas Pnads realizadas no final dos anos 1970, quando os generais começaram a afrouxar as rédeas. Foram dados dessa pesquisa que trouxeram novos esclarecimentos sobre a extensão da discriminação no Brasil contemporâneo.

Hoje parece haver um consenso em favor de continuar a incluir raça da forma como foi feito nos censos de 1980 e 1990, bem como nas Pnads, mas a insatisfação geral com as classificações utilizadas no censo pode muito bem provocar mudanças no censo de 2010¹⁹. Note-se que em outros países latino-americanos, como a Colômbia e a Venezuela, a raça tem sido regularmente omitida dos censos²⁰, de forma que não se pode realizar nenhuma análise das relações raciais desses países baseada em dados.

Também nos Estados Unidos os *policy makers* manipularam seus censos. De 1850 a 1920 — com a exceção de 1900 — o censo americano incluía a categoria "mulato". Por que foi omitida antes e novamente depois? Os indivíduos cuja aparência física poderia se encaixar nessa categoria (supondo uma definição consistente e a continuidade em sua aplicação) apareceram e depois desapareceram? Obviamente, é muito mais provável que as autoridades censitárias, elas sim, tenham mudado de idéia sobre quais classificações incluir e como defini-las. De fato, pode-se descobrir

(15) Nobles, Melissa. *Shades of citizenship: race and censures in modern Politics*. Stanford: Stanford University Press, 2000.

(16) Comissão Censitária Nacional. *Ata dos trabalhos*, 09/09/1969.

(17) "Edison Carneiro e Afonso Arinos depõem cor da pele no Censo". *Correio da Manhã*, 01/01/1969; "Censos e 'cor'". *Diário de Notícias*, 15/02/1970.

(18) Oliveira, Lúcia Elena G. de, Porcaro, Rosa Maria e Araújo, Tereza Cristina N. *O lugar do negro na força de trabalho*. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

(19) Schwartzman, Simon. "Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil". *Novos Estudos*, nº 55, 1999.

(20) Wade, Peter. *Blackness and race mixture: the dynamics of racial identity in Colombia*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1993; Wright, Winthrop R. *Café con leche*. Austin: University of Texas Press, 1990.

muito sobre a história das relações raciais em qualquer sociedade por meio do estudo da história da administração censitária, tal como foi feito no Brasil e nos Estados Unidos por Melissa Nobles²¹.

Além das definições/manipulações por razões culturais, os estudiosos apontam dificuldades metodológicas na interpretação dos dados censitários brasileiros. Discute-se, por exemplo, se a raça deve ser respondida pelo entrevistado ou apontada pelo recenseador — a autoclassificação foi usada em todos os censos desde 1940, de modo que há pelo menos esse grau de comparabilidade para o país em grande parte do século XX. Alguns estudiosos chegam até a duvidar de que qualquer categoria racial verificável em termos interpessoais possa ser estabelecida, argumentando que a interpretação de categorias raciais no país é tão inconsistente que as torna inúteis para a pesquisa científica. Um dos primeiros defensores desse ponto de vista foi o falecido Isaac Kerstenetsky, economista que dirigia o IBGE quando se resolveu eliminar o quesito raça do censo (e que foi favorável à decisão)²². O estudioso mais proeminente que impugna hoje a comparabilidade dos dados é Marvin Harris, que expôs esse ponto de vista há três décadas (1970) e mais recentemente retomou o argumento²³ — um inequívoco motivo de satisfação para aqueles brasileiros que não acreditam que seu país tenha "problemas" raciais...

Creio que esses críticos dos dados do censo enxergam as árvores mas não a floresta. Se não se pode negar que existe alguma confusão sobre as fronteiras das categorias de "cor" tais como são usadas no Brasil, há evidências esmagadoras de que dentro do espectro geral, que vai da pele muito escura até a muito clara, a maioria dos brasileiros parece preferir sistematicamente o mais claro ao mais escuro, variação que persiste quando se controla por grande variedade de características pessoais. O problema da confiabilidade dos dados é exaustivamente discutido em vários trabalhos²⁴, os quais nos asseguram que, apesar dos óbvios problemas classificatórios, *podemos* usar sistematicamente os dados censitários para análise quantitativa.

Definição e medida: uma breve discussão

Para entendermos os dados sobre relações raciais no Brasil, vale a pena discutir brevemente várias distinções de medida e de definição (bem conhecidas talvez), porque são muitas vezes confundidas (normalmente de maneira implícita) tanto pelos estudiosos como pelos leigos.

A primeira distinção é entre preconceito e discriminação. O preconceito é uma atitude estimulada pela crença de que os outros são não apenas diferentes, mas também inferiores — e crenças só podem mensuradas mediante contato com o discurso da pessoa, falado ou escrito, ou registros de um terceiro sobre a pessoa em questão. Já a discriminação refere-se a comportamentos, os quais são mensurados por ações realizadas e pelas consequências dessas ações: linchamento (ato consciente, ostensivo, vio-

(21) Nobles, op. cit.

(22) Comissão..., op. cit.

(23) Harris, Marvin. "Referential ambiguity in the calculus of Brazilian racial identity". *South western journal of Anthropology*, vol. 26, nº 1, 1970; "Who are the whites? — imposed census categories and the racial demography of Brazil". *Social Forces*, vol. 72, nº 2, 1993.

(24) Maggie, Yvonne. *A ilusão do concreto: análise do sistema de classificação racial no Brasil*, s/d (mimeo); Hasenbalg e Valle Silva, op. cit.; Wood e Carvalho, op. cit.; Telles, Edward. *Self vs. social classification of race: inconsistency, category ambiguity and affirmation in Brazil*, 1997 (mimeo); Telles, Edward E. e Lima, Nelson. "Does it matter who answers the race question in Brazil? Racial classification and income inequality in Brazil". *Demography*, vol. 35, nº 4, 1998.

lento), exclusão de pessoas dos assentos na frente do ônibus (ato consciente, ostensivo, não-violento), não-contratação de pessoas para os melhores empregos (ato às vezes consciente e ostensivo, mas às vezes inconsciente e/ou não-ostensivo).

Essa distinção nunca ficou mais clara na história americana do que quando o presidente Eisenhower afirmou, logo após a decisão anti-segregacionista da Suprema Corte em 1954, que o problema racial americano nunca seria resolvido até que "os corações e mentes" de todos os americanos fossem convertidos. Os militantes negros retrucaram furiosamente que não ligavam a mínima para corações e mentes; eles simplesmente queriam escolas decentes, acesso ao emprego e fim do tratamento brutal da polícia — em outras palavras, desejavam libertar-se da discriminação sistemática. Abrigar o preconceito pode gerar, e gera, atos de discriminação. Mas essa ligação não é de modo algum automática, e em alguma medida depende daquilo que é permitido pela lei. A libertação do preconceito é portanto um objetivo muito mais distante do que a redução da discriminação.

Passando ao segundo ponto, a distinção metodológica a ser enfatizada é entre qualitativo e quantitativo. O qualitativo se refere à evidência sobre o nível microssocial, como nos relatórios de incidentes, nos estudos de caso, nos registros legais (os quais podem às vezes contribuir com uma dimensão parcialmente quantitativa). Abordagens qualitativas podem esclarecer tanto sobre o preconceito como sobre a discriminação. Antes da era dos dados censitários ou de outras bases de dados sistemáticas de grande escala, os dados qualitativos eram as únicas evidências disponíveis. São as abordagens preferidas pelos historiadores, pelos antropólogos e alguns sociólogos. O uso de abordagens qualitativas pode ajudar muito nossa compreensão de qualquer padrão quantitativo que possamos encontrar. Por si sós, porém, elas estão sempre sujeitas à indagação: quão representativos são os dados, ou quantos incidentes ou estudos de caso são necessários para que se forme um quadro confiável de toda a sociedade? Esse dilema tem atormentado o estudo das relações raciais brasileiras por décadas.

Se as bases de dados são suficientemente amplas e representativas, os dados quantitativos podem sustentar um retrato "macro". Os economistas, os sociólogos e os demógrafos recorrem aos dados censitários, mas devem utilizar a análise estatística para separar os efeitos independentes dos vários fatores sobre os impactos observados. E, como observei antes, a plausibilidade do exame quantitativo pode ser muito clarificada e testada por meio dos *insights* das abordagens qualitativas.

Deve-se atentar para que na interpretação dos dados qualitativos seja levada em conta a perspectiva do observador. Quão objetivo pode ser, por exemplo, um observador estrangeiro acerca de outra sociedade? Aléxis de Tocqueville e Gunnar Myrdal são freqüentemente citados como modelos por seus comentários perspicazes sobre a sociedade americana, e Roger Bastide e Pierre Verger pelas suas observações sobre o Brasil. Mas tais modelos individuais são difíceis de reproduzir, e o perigo de uma perspectiva distorcida está sempre à espreita. Deve-se também cuidar de que na interpretação dos dados

quantitativos as categorias sejam suficientemente comparáveis para permitir comparações significativas, e de que sejam coletados detalhes suficientes para que se possa discernir os fatores causais e não-causais.

Interpretando o registro histórico

Qual o corpo de dados (ou evidências anedóticas) em que podemos nos basear para nosso conhecimento das relações raciais brasileiras? No Brasil, os antropólogos produziram as pesquisas mais abrangentes²⁵, e o exemplo mais importante da geração pré-1945 é, sem dúvida alguma, Gilberto Freyre²⁶. Os sociólogos quantitativistas tinham pouco com que trabalhar até o final dos anos 1970, mas desde então os seus trabalhos é que têm levado a uma reinterpretação radical das relações raciais no Brasil²⁷. Infelizmente, os economistas brasileiros têm ignorado a variável raça, a despeito de haver uns raros estudos²⁸. Os cientistas políticos que se dedicam ao estudo do Brasil têm gradualmente adentrado esse campo²⁹, mas prejudicados pela visão predominante de que as relações raciais têm pouco destaque na política brasileira. Tudo considerado, entretanto, a abrangência da pesquisa nas ciências sociais cresceu e tem aumentado muito nosso conhecimento, embora sua assimilação exija mais tempo.

Vamos nos deter agora brevemente na história das relações raciais no Brasil tal como realizada na longa tradição dos brasileiros de comparar seu país com os Estados Unidos, o que nos levará de volta à pergunta sobre o que mudou, se a percepção ou a realidade.

Um valioso ponto de partida é a reação dos visitantes afro-americanos ao Brasil nos últimos cem anos³⁰. Até a primeira metade do século XX eles invariavelmente descreviam o Brasil como livre de preconceito e discriminação raciais (o que não impediu que na década de 1920 um grupo de afro-americanos fosse impedido pelo Brasil de emigrar para o país³¹), mas a partir de 1960 suas percepções começaram a mudar. Um dos motivos terá sido talvez a mudança em seu próprio país, já que o movimento dos direitos civis revolucionou o contexto legal das relações raciais americanas. Isso explicaria que o entusiástico louvor ao Brasil por parte do estudioso afro-americano E. Franklin Frazier tenha sido substituído pela crítica hostil do estudioso afro-americano Leslie Rout Jr.³²

Uma resposta pode ser encontrada examinando-se exatamente como se processou tal análise comparativa no Brasil e nos Estados Unidos³³. Essa prática data do século XIX, quando brasileiros e americanos começaram a comparar as condições de escravidão nos dois países³⁴, comparação que continuou a ser feita ao longo do século XX, sendo Gilberto Freyre e Frank Tannenbaum os estudiosos mais conhecidos nesse campo³⁵. E desde 1950 a abordagem comparativa só fez se intensificar³⁶.

De modo muito curioso, o Brasil raramente tem sido comparado a outras sociedades latino-americanas. As semelhanças e as diferenças entre o

(25) Azevedo, Thales de. *Democracia racial: ideologia e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1975; Nogueira, Oracy. *Negro político, político negro*. São Paulo: Edusp, 1992.

(26) Freyre, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

(27) Valle Silva, Nelson do. "Updating the cost of not being white". In: Fontaine, Pierre-Michel (ed.). *Race, class and power in Brazil*. Los Angeles: UCLA Center for Afro-American Studies, 1985.

(28) Zoninsein, Jonas. *Economic gains from ending long-term discrimination against blacks in Brazil, South African and The United States*, 1998 (mimeo).

(29) Johnson III, Ollie A. "Racial representation and Brazilian Politics: black members of the National Congress, 1983-99". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 40, nº 4, 1998.

(30) Hellwig, David J. "Racial paradise or run-around? Afro-North American views of race relations in Brazil". *American Studies*, nº 31, 1990; *African-American reflections on Brazil's racial paradise*. Philadelphia: Temple University Press, 1992.

(31) Lesser, Jeff H. "Are African-Americans African or American? Brazilian immigration policy in the 1920s". *Review of Latin American Studies*, vol. 4, nº 1-2, 1991; Meade, Teresa e Pirio, Gregory A. "In search of the Afro-American 'Eldorado': attempts by Northamerican blacks to enter Brazil in the 1920s". *Luso-Brazilian Review*, vol. 25, nº 1, 1988.

(32) Frazier, E. Franklin. "Some aspects of race relations in Brazil". *Phylon*, vol. 33, 1942; Rout Jr., Leslie R. "Sleight of hand: Brazilian and American authors manipulate the Brazilian racial situation, 1910-51". *The Americas*, vol. 29, nº 4, 1973.

(33) Hanchard, *Orpheus and power...*, loc. cit.

(34) Graham, Richard. "Slavery and economic development: Brazil and The United States South in the nineteenth century". *Comparative Studies in Society and History*, vol. 23, 1981.

(35) Freyre, op. cit.; Tannenbaum, Frank. *Slave and Citizen*. Nova York: Knopf, 1946.

Brasil e casos caribenhos, como Cuba³⁷ e a República Dominicana, permanecem quase totalmente inexploradas, para não mencionar sociedades com grandes populações indígenas, como México, Peru e Bolívia. O que explica a preferência por se comparar a escravidão e as relações raciais no Brasil com suas correspondentes nos Estados Unidos? Uma resposta é a simples curiosidade, freqüentemente exacerbada por viagens, o que pode ser visto nos escritos de diplomatas americanos e brasileiros e de figuras nacionais proeminentes como Theodore Roosevelt e Érico Veríssimo. Uma segunda explicação é o aumento da condenação moral na opinião da elite sobre a injustiça da escravidão no Novo Mundo. Essa mudança de opinião, mais perceptível a partir de 1945, a princípio suscitou embaraços nas análises comparativas, tais como tentar determinar qual sociedade apresentava um tratamento "mais cruel" de seus escravos. Muitas vezes, o que estava em jogo nessas competições de moralidade era o orgulho nacional, que continuou a figurar em quase todas as comparações americano-brasileiras no último século.

Até o final da década de 1950 os brasileiros viam os Estados Unidos como uma sociedade cujas relações raciais estavam imersas em brutalidades (linchamentos, segregação, distúrbios raciais etc.) que não tinham equivalentes no Brasil. Esse sentido de superioridade moral era uma importante fonte de consolação para os brasileiros, que estavam bem conscientes da pobreza de seu país e de suas periódicas instabilidades políticas. Ademais, esse orgulho por relações raciais "mais humanas" tornou-se um importante elemento no senso brasileiro de identidade nacional, como podia ser visto em autores tão amplamente lidos como Gilberto Freyre. Essa crença também tornou-se um lugar-comum na retórica dos políticos brasileiros.

Nessa mesma época os americanos compartilhavam em grande parte a visão da elite brasileira sobre a sociedade brasileira. O sociólogo brasileiro Oracy Nogueira, por exemplo, descreveu como nos anos 1940, enquanto lecionava em Chicago, ele e outros brasileiros encontraram, constrangidos, afro-americanos ansiosos para ouvir mais sobre a sociedade que consideravam um paraíso racial³⁸. O exemplo mais extremo dessa atitude aprobatória (que se estendia até a Europa) foi o projeto de pesquisa financiado pela Unesco e lançado no início dos anos 1950³⁹, com estudos baseados na premissa de que o Brasil tinha uma lição única sobre relações raciais para ensinar ao mundo recém-saído dos horrores do genocídio nazista. Contudo, os estudos da Unesco acabaram levantando dúvidas sobre a benevolência das relações raciais brasileiras. Na década de 1960, uma atitude mais crítica sobre o passado brasileiro começou a emergir.

As avassaladoras mudanças nas relações raciais nos Estados Unidos desde a década de 1950 tiveram um efeito profundo no Brasil. Hoje, os defensores dos direitos humanos no país estão olhando para os Estados Unidos em busca de idéias para eliminar a discriminação racial no Brasil: ação afirmativa, compensação financeira para as minorias etc.⁴⁰. Desnecessário dizer que tal pensamento é controverso no Brasil, mas deve-se enfatizar que estas são iniciativas *brasileiras* que se originam dentro dos governos

(36) Andrews, George R. "Racial inequality in Brazil and the United States: a Statistical comparison". *Journal of Social History*, vol. 26, n° 2, 1992; "Brazilian racial democracy, 1900-90: an American counterpoint". *Journal of Contemporary History*, vol. 31, n° 3, 1996; Degler, op. cit.; Fry, Peter. "Politicamente correto num lugar, incorreto noutro? — relações raciais no Brasil, nos Estados Unidos, em Moçambique e no Zimbábue". *Estudos Afro-Asiáticos*, n° 21, 1991; Marx, op. cit.; Skidmore, Thomas. "Estados Unidos bi-racial versus Brasil multirracial: o contraste ainda é válido?". *Novos Estudos*, n° 34, 1992; "The prism of race: U.S. perceptions of Brazil since 1850". *Transit Circle — Revista da Associação Brasileira de Estudos Americanos*, n° 2, 1999.

(37) Moore, Robin D. *Nationalizing blackness: afrocubanismo and artistic revolution in Havana, 1920-40*. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 1997.

(38) Nogueira, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

(39) Maio, Marcos Ch. "O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco". *História, Ciências, Saúde*, vol. 2, 1998.

(40) Brasil. Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Ministério da Justiça. *Programa Nacional de Direitos Humanos*. Brasília, 1996; Cardoso, Fernando Henrique (presidente). *Na solenidade de assinatura do decreto sobre a população negra*. Brasília: Presidência da República, 1995; Cetrone, Mauro, G. "Cotas para negros na universidade". *Revista Adusp*, maio de 1996; Grin, Monica e Heringer, Rosana. *Relatório da reunião "Estratégias para ampliar o acesso da população negra ao ensino superior"*. Rio de Janeiro: Fundação Ford, 02/09/1999; Silva Jr., Hédio. *Anti-racismo: coletânea de leis brasileiras (federais, estaduais, municipais)*. São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.

federal e estaduais e entre os acadêmicos. Os empresários brasileiros também têm sido pressionados pelas matrizes das multinacionais a utilizar quotas para aumentar o recrutamento de minorias.

Graças à irrupção de pesquisas recentes, temos o início de um novo e promissor quadro conceitual dentro do qual podemos explorar comparativamente as relações raciais nos Estados Unidos e no Brasil. Ele tem duas dimensões principais. A primeira e mais importante é o tradicional contraste bi-racial *versus* multirracial⁴¹. Essa divisão bi-racial é subjacente ao sistema de segregação pública ratificado pela Suprema Corte que prevaleceu nos Estados Unidos de 1896 a 1954, conhecido como "*one drop rule*"⁴². Sob a classificação multirracial brasileira, esse tipo de segregação legal teria sido uma impossibilidade prática no Brasil.

Neste ponto podemos nos perguntar se a *one drop rule* foi alguma vez rigorosamente aplicada, como sugerem os relatos convencionais. Sabe-se que antes da Abolição emergiram elites de mulatos livres em cidades sulinas como Charlestown e Nova Orleans⁴³. Alguns desses mulatos livres tornaram-se até mesmo donos de escravos. Vimos também que "mulato" era uma categoria do censo americano entre 1850 e 1890 e de 1910 a 1920. Além disso, o mulato tornou-se tema freqüente na literatura americana, como nos romances de William Faulkner⁴⁴. Essa atenção estendeu-se também ao mundo acadêmico. Na década de 1940, por exemplo, o sociólogo Lloyd Warner conduziu uma pesquisa aprofundada entre os afro-americanos de Chicago⁴⁵. Ele os dividiu entre os de "compleição clara" e de "compleição escura", e descreveu, baseado em entrevistas, suas diversas experiências de vida. Evidentemente, ele supunha que o tom de cor da pele constituía uma diferença significativa, mesmo que só dentro da comunidade não-branca. Também sabemos que um número desproporcional de líderes de organizações afro-americanas era de compleição clara, entre eles Walter White, presidente por muito tempo da Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor. Tal informação obviamente não refuta a *one drop rule* no âmbito legal, mas sugere que a história da dinâmica inter-racial nos Estados Unidos é mais complexa do que normalmente se supõe. Isso se reflete na intensa discussão recente sobre a questão das variações de cor nos Estados Unidos. A população americana passa a não ser mais percebida como negra ou branca, começando a parecer, como no debate sobre a classificação do censo americano, semelhante ao espectro de cor tradicionalmente tido como típico no Brasil.

A segunda dimensão importante no quadro conceitual comparativo entre Estados Unidos e Brasil é a relativa profundidade do preconceito e/ou comportamento racista em cada país. Exemplo do primeiro caso é a literatura à Klu Klux Klan disseminada por grupos suprematistas brancos nos Estados Unidos. Exemplos do último caso foram os freqüentes linchamentos no Sul do país entre 1890 e 1950, que freqüentemente culminavam com a mutilação da vítima, muitas vezes incluindo a castração. Tais extremos de opinião e comportamento contra os negros são claramente mais freqüentes nos Estados Unidos que no Brasil.

(41) Skidmore, "Estados Unidos bi-racial *versus* Brasil multirracial...", loc. cit.

(42) Literalmente, "regra de uma só gota": conforme uma decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos em 1896, dispõe que um norte-americano com "uma só gota de sangue negro" (ou seja, com um só ancestral negro) seja considerado negro (N. do E.).

(43) Williamson, Joel. *New people: miscegenation and mulattoes in The United States*. Nova York: New York University Press, 1984.

(44) Berzon, Judith R. *Neither white nor black: the mulatto character in American fiction*. Nova York: New York University Press, 1978.

(45) Warner, W. Lloyd. *Color and human nature: negro personality development in a Northern city*. Washington, D.C.: American Council on Education, 1941.

Essa diferença entre os países foi objeto de muitas explicações. Aqui posso apenas tocar nos aspectos mais destacados da discussão. As justificativas mais frequentes têm sido culturais e ideológicas, e normalmente começam com as supostas diferenças culturais entre os povos europeus que colonizaram o Novo Mundo. Essencialmente, essas explicações eram extrapolações de perfis do caráter nacional. Uma das primeiras e mais famosas foi a de Gilberto Freyre, que baseava sua análise na hipótese de que os portugueses tinham menos preconceitos raciais do que seus pares europeus. Esse ponto de vista foi também chamado de "excepcionalismo ibérico"⁴⁶. Uma vez que Freyre estava interessado primordialmente em comparar os Estados Unidos e o Brasil, o que precisa ser explicado da perspectiva de hoje não é a atitude portuguesa, mas a inglesa. Afinal de contas, o nível histórico mais baixo de preconceito e discriminação contra os negros no Brasil pré-1960 era muito semelhante aos níveis que prevaleciam em praticamente toda a América Latina. A parte estranha nessas comparações entre as Américas ficou cabendo aos Estados Unidos.

(46) Hanchard, *Orpheus and power...*, loc. cit.

Haveria algum componente inerentemente antinegro na cultura inglesa? Há mais de trinta anos, o historiador americano Winthrop Jordan sustentou que sim, citando copiosos exemplos do profundo preconceito contra os negros na literatura e no discurso político ingleses⁴⁷. Jordan asseverava que havia uma relação direta entre o preconceito antinegro no início da era moderna na Inglaterra e o racismo americano moderno. Embora seu trabalho tenha sido amplamente lido e elogiado quando surgiu, seu argumento é vulnerável da mesma maneira que o de Freyre, isto é, eles basicamente elaboraram um argumento plausível baseado em fontes literárias. Afinal, pode-se argumentar, a explicação de Jordan equivale a dizer que os americanos seriam racistas porque seus ancestrais ingleses também eram, assim como a de Freyre equivale a dizer que os brasileiros seriam racialmente tolerantes porque os portugueses também tinham sido.

(47) Jordan, Winthrop D. *White over black: American attitudes towards the negro, 1550-1812*. Kingsport, Tennessee: University of North Carolina Press, 1968.

Outra versão da explicação cultural se concentra nos fundamentos intelectuais para a escravidão, a abolição e as relações raciais pós-escravidão nas duas sociedades. O ideal afirmado nos Estados Unidos era o igualitarismo democrático, com formulações canônicas na Declaração de Independência e na Constituição. No entanto, a grande contradição desse credo do igualitarismo americano era a escravidão. Como se poderia conciliar o Thomas Jefferson autor da Declaração da Independência e o Thomas Jefferson proprietário de escravos? Essa contradição supurava na mente americana até o advento da Abolição, em 1865. Seriam precisos mais cem anos para que se assegurassem na prática os direitos políticos aos afro-americanos.

O Brasil, por outro lado, não nasceu sob uma estrela igualitária. Bem ao contrário, nasceu como uma sociedade hierárquica e patrimonial. Embora sua primeira Constituição (1824) seguisse as normas liberais européias, o Brasil recém-independente não tinha nenhum compromisso com a plena igualdade. Aquela Constituição foi antes sobreposta a uma sociedade com uma cultura patrimonial aristocrática, na qual as relações pessoais eram

(48) DaMatta, Roberto. *Carnivals, rogues and heroes*. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 1991.

dominantes e o mérito estava subordinado ao *status*⁴⁸. No Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, não se acreditava que os méritos individuais seriam necessariamente recompensados. As recompensas no Brasil iam para aqueles que tinham a perspicácia ou a sorte de cultivar relações pessoais que lhes assegurassem uma conexão com o poder. Assim, no Brasil pós-Abolição as pessoas de cor não dispunham de nenhum ideal democrático estabelecido a que pudessem recorrer. Nos Estados Unidos havia esse ideal, mas a estrutura de poder branca assegurou que ele não se efetivasse para pessoas de cor até bem depois dos anos 1950. O ponto importante é que o ideal igualitário continuou forte na retórica americana, apesar da realidade de discriminação sistemática.

Há ainda uma versão psicosssexual da explicação cultural para o contraste Brasil-Estados Unidos. O pensamento americano sobre raça foi historicamente saturado por uma obsessão com as relações sexuais branco-negro⁴⁹. A "defesa" da mulher branca contra a "degradação" pelo homem negro foi uma preocupação branca nos Estados Unidos desde a era colonial. Essa paranóia sobre a proteção da feminilidade branca contra os negros "predadores" continuou a ser fundamental na sociedade americana pós-Abolição — em especial, mas não exclusivamente, no Sul. Qual a fonte dessa obsessão? Que insegurança sexual masculina, por exemplo, alimentava essa paranóia? Aqui somos levados a explorar uma explicação freudiana. Sabemos que ligações inter-raciais eram freqüentes nos Estados Unidos. A atração sexual que os homens brancos sentiam por mulheres de cor gerou poderosos sentimentos de culpa? A obsessão e o comportamento racista que a acompanha devem ser remontados até a tensão entre a aceitação pelos (homens) brancos americanos das relações sexuais inter-raciais e seus sentimentos de culpa ao serem incapazes de justificá-las? De que outro modo podemos explicar a profundidade do ódio e a presteza em matar que caracterizaram as atitudes e comportamentos dos homens americanos?

Por mais convincente que seja para o caso americano, essa interpretação parece irrelevante para o caso brasileiro. Sabemos que os homens brancos no Brasil tinham relações sexuais, freqüente e abertamente, com mulheres afro-brasileiras, tanto escravas como livres, o que foi ricamente documentado por Gilberto Freyre. No entanto, os homens brancos brasileiros não pareciam sofrer do tipo de culpa que leva a violentos extremos emocionais. A cor, o sexo e a moralidade simplesmente não produziram a combinação letal encontrada nos Estados Unidos. Por quê? A religião deve fazer parte da explicação. A maioria dos homens americanos brancos teve de lidar com a teologia protestante, especialmente a puritana, quando tentava racionalizar seu comportamento sexual "imoral". A repressão emocional resultante, típica de homens criados em uma cultura pesadamente protestante, pode ajudar a explicar o comportamento antinegro explosivo, às vezes homicida, dos homens brancos americanos. Em contraste, os homens brancos brasileiros viviam em uma cultura católica, o que significava, entre outras coisas, que os sentimentos de culpa podiam encontrar um escape em canais tão respeitáveis como a confissão a um padre católico.

(49) Hernton, Calvin C. *Sex and racism in America*. Nova York: Grove Press, 1965; Kovel, Joel. *White racism: a psychohistory*. Nova York: Pantheon Books, 1970.

Todos os elementos anteriores podem contribuir para explicar o maior grau de bi-racialismo *versus* multirracialismo e a profundidade historicamente maior do ódio racial nos Estados Unidos, mas não constituem uma explicação completa. Outros dois fatores, um demográfico, o outro geográfico, contribuíram para uma divisão racial maior nos Estados Unidos do que no Brasil.

Quanto ao fator demográfico, antes da Abolição nos Estados Unidos eram poucos os afro-americanos livres no total da população afro-americana. A abolição final em 1875 liberou, de repente, um influxo maciço de negros no mercado de mão-de-obra não-qualificada no Sul. Qualquer antagonismo anterior dos brancos para com os negros foi exacerbado pela competição econômica resultante, a qual, por sua vez, foi mais inflamada pela demagogia racista auto-interessada dos políticos brancos sulistas. O Brasil, em contraste, sofreu uma relativa falta de mão-de-obra durante todo o período colonial e imperial, especialmente na região Centro-Sul, que crescia rapidamente. Isso, combinado com a abolição gradual da escravidão — argumentou-se plausivelmente —, criou um amplo espaço econômico para os brancos e os negros.

A geografia foi também um fator importante, como é demonstrado pela feição regional da escravidão nos Estados Unidos. Embora existissem escravos africanos no Norte no período colonial, no início do século XIX eles haviam desaparecido. Daí em diante a questão da escravidão (que era inevitavelmente ligada à raça, dada a escassez de negros livres) concentrou-se totalmente no Sul. Assim, o modo como o conflito Norte-Sul se desenvolveu na metade do século XIX transformou raça em motivo de divisão antagônica entre as duas regiões.

Considerações finais

Tenho duas considerações finais. Faço-as com alguma temeridade, pois estou limitado a compreender o Brasil de fora. A primeira se refere à relativa assimetria dos atuais esforços de pesquisa sobre relações raciais, especialmente a de tipo comparativo, nos dois países. Há muito mais americanos estudando relações raciais brasileiras do que brasileiros estudando o tema correspondente nos Estados Unidos. Isso é consequência, em parte, de haver um maior número de estudiosos americanos trabalhando no campo e das generosas (pelos padrões brasileiros) fontes de financiamento. O resultado é que pode ficar distorcido o foco acadêmico em um campo em que o *background* nacional do pesquisador provavelmente influencia a abordagem.

Feita essa advertência, o que podemos (ou o que posso eu, como um americano) concluir sobre o trabalho de americanos que pesquisam o Brasil? Deve-se reconhecer a tendência dos americanos, como de todos os *outsiders*, a projetar suas próprias experiências e preferências no Brasil que

observam. Os comentários de Peter Fry sobre os trabalhos de Michael Hanchard e meus (que merecem uma resposta separada em outro lugar) ilustram esse aspecto⁵⁰.

Precisamos de mais estudiosos brasileiros utilizando a abordagem comparativa para analisar o sistema americano de relações raciais e as medidas políticas adotadas para influenciá-las. Assim como estudiosos americanos têm fornecido *insights* sobre as relações raciais no Brasil que podem ter escapado aos estudiosos brasileiros⁵¹, também estes poderiam, sem dúvida, oferecer *insights* sobre as relações raciais americanas. Seria valioso, por exemplo, ter uma perspectiva brasileira sobre a teoria crítica da raça nos Estados Unidos⁵², que desafiou radicalmente o pensamento tradicional dos direitos civis.

Mas a relativa falta de financiamento e de capacidade de pesquisa no Brasil não é a única razão para a assimetria. O que continua patente é o relativo desinteresse dos cientistas sociais brasileiros quanto ao papel da raça na sociedade brasileira contemporânea. Um número muito pequeno de sociólogos brasileiros, por exemplo, realizou pesquisas aprofundadas sobre as relações raciais em seu próprio país. Mesmo os antropólogos brasileiros, que antes estavam na linha de frente dessas pesquisas, produzem agora relativamente pouco sobre o assunto. Por que isso acontece? Em parte, porque os acadêmicos brasileiros em geral, refletindo a opinião da elite no Brasil, talvez ainda duvidem de que a raça seja uma variável comportamental significativa em sua sociedade. Na verdade, há pouca dúvida de que ela é menos significativa (especialmente para fins de políticas públicas) do que nos Estados Unidos. Para alguns, isso reflete a suposição de que a classe, e não a raça, é a variável determinante no Brasil. Outros rejeitam a crescente atenção dada à raça nos meios de comunicação como resultado de uma perniciosa influência americana. Esses brasileiros sustentam que se não houvesse intromissão dos *gringos* nesse campo os brasileiros poderiam ter descoberto suas próprias verdades sobre a "democracia racial" do Brasil. Finalmente, existem aqueles brasileiros que estão conscientes da discriminação racial em seu país mas têm dificuldade de enfrentar as consequências do reconhecimento desse fato. Reconhecê-lo pode levar à exigência de programas de compensação racial em um momento em que faltam recursos para atacar os problemas sociais urgentes, como o analfabetismo, a precariedade da assistência médica e a crise aguda de falta de moradia.

Essas atitudes da elite são exploradas em um artigo e um livro recentes de Antonio Sérgio Guimarães⁵³. O autor indaga se "é legítimo, quer do ponto de vista ético, quer do ponto de vista científico, utilizar o conceito de 'raça' nos nossos trabalhos", e responde com uma afirmativa. Mas o fato de que ele pudesse levantar a questão somente em 1999 corrobora meu argumento sobre a diferença de pensamento entre os pesquisadores americanos e brasileiros quanto às relações raciais.

Minha segunda consideração final está relacionada à política social. Se os brasileiros, agindo por meio de instituições do governo ou voluntárias, decidirem que a discriminação racial é um sério problema nacional, que

(50) Fry, Peter. "O que a Cindelela negra tem a dizer sobre a 'política racial' no Brasil". *Revista USP*, nº 28, 1995; "Cor e Estado de direito no Brasil". In: Méndez, Juan E. (ed.). *Democracia, violência e injustiça*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

(51) Sheriff, Robin E. "Exposing silence as cultural censorship: a Brazilian case". *American Anthropologist*, vol. 102, nº 1, 2000.

(52) Delgado, Richard e Stefancic, Jean (eds.). *Critical race theory: the cutting edge*. Filadélfia: Temple University Press, 2000.

(53) Guimarães, Antonio Sérgio A. "Raça e os estudos de relações raciais no Brasil". *Novos Estudos*, nº 54, 1999; *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.

medidas devem ser tomadas? Uma resposta tradicional dada por muitos brasileiros é, como já observado, que a divisão fundamental no Brasil é de classe e não de raça: se fossem adotadas políticas econômicas mais progressistas, a discriminação racial desapareceria. Esse raciocínio era enunciado com mais frequência nas décadas de 1960 e 1970, quando a esquerda era mais vigorosa nos círculos acadêmicos, mas desapareceu nos últimos anos com a perda de influência da esquerda e do pensamento marxista.

Algumas políticas públicas brasileiras dos anos 1990 já visavam diretamente a discriminação racial. O gesto mais importante foi a criação pelo governo Fernando Henrique Cardoso de um departamento de direitos de minorias em nível federal⁵⁴, acompanhada de um seminário internacional sobre ação afirmativa em Brasília em 1996⁵⁵. Enquanto isso, programas de compensação racial estavam surgindo por todo o Brasil. Na USP, por exemplo, um grupo de professores e alunos propôs um sistema de cotas para a admissão de estudantes afro-brasileiros na universidade, mas a idéia parece não ter encontrado simpatizantes entre as autoridades universitárias. Uma idéia mais prática, que está em funcionamento na mesma universidade, é um curso pré-vestibular especial para ajudar os estudantes de minorias a prestar o exame vestibular, enquanto a PUC-RJ implantou um programa de bolsas dirigido para "negros e carentes"⁵⁶. Várias instituições acadêmicas e organizações ativistas brasileiras têm recebido verbas da Fundação Ford sob a contrapartida de que produzam relatórios periódicos sobre a diversidade (racial e de gênero) de seu *staff* e dos beneficiários de seus serviços. Finalmente, as políticas de ação afirmativa e cotas são agora debatidas abertamente na imprensa e na literatura acadêmica — algo impossível no Brasil de dez anos atrás.

As soluções de tipo americano decerto não se mostrarão uniformemente apropriadas para responder às desigualdades raciais no Brasil. Somente os brasileiros, propondo soluções brasileiras, podem consegui-lo. Enquanto isso, nesse novo milênio o Brasil não será mais o país que inicialmente chamou a atenção dos estudiosos interessados em comparações com os Estados Unidos. O mito da "democracia racial" do Brasil, pelo menos em sua encarnação freyriana, está morto. Uma nova realidade, por certo com seus próprios mitos, está lutando para vir à luz.

(54) Brasil. Ministério das Relações Exteriores. *Texts from Brazil. Fifty years*. Brasília, 1998.

(55) Grin, Monica. "Políticas de ação afirmativa e ajustes normativos: o Seminário de Brasília". *Novos Estudos*, n° 50, 2001.

(56) Maggie, Yvonne. "A experiência do movimento pré-vestibular para negros e carentes". *Novos Estudos*, n° 59, 2001.

Recebido para publicação em 2 de maio de 2001.

Thomas E. Skidmore é professor da Universidade Brown, Estados Unidos. Publicou nesta revista "Estados Unidos biracial versus Brasil multirracial: o contraste ainda é válido?" (n° 34).

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 60, julho 2001
pp. 63-76
